

Texto 1

Numa tirinha de Maurício de Sousa, publicada em O Estado de S. Paulo (22/11/2007, D8), a professora diz à classe: – “*Este ano só o Chico vai ficar em recuperação*”. – Ele pergunta: – “*I os otro? Foro reprovado direto?*”

Esse exemplo ensina-nos que, quando falamos ou escrevemos, dizemos algumas coisas explicitamente e deixamos outras implícitas, que, por um processo de inferência, são apreendidas pelo interlocutor. Implícito é o que se diz sem dizer, é aquilo que se apresenta como evidente por si mesmo.

A inferência se dá por meio de duas operações: uma lógica, em que estabelecemos uma implicação (por exemplo: *se [somente o Chico ficou em recuperação], então os outros [foram reprovados]*); e uma pragmática, em que levamos em conta o contexto verbal, o não-verbal e os princípios que regem a comunicação.

A graça do exemplo acima reside no fato de que Chico Bento, ao fazer a inferência sobre o implícito na fala da professora, realizou a operação lógica adequadamente, mas não a operação pragmática, pois deveria ter percebido que, se a professora não disse que todos os outros alunos foram reprovados, a conclusão correta seria: se apenas eu fiquei em recuperação, todos os outros foram aprovados direto.

Para compreender o que se diz, é preciso não só entender o que se afirmou explicitamente, mas também o que se deixou implícito. Um senador italiano, protestando em frente à embaixada brasileira em Roma contra a concessão pelo nosso país de asilo político a Cesare Battisti, condenado pela Justiça italiana, segurava um cartaz que dizia: “Bin Laden, peça asilo ao Brasil”. Para compreender o tom de protesto, é necessário perceber o implícito: se o Brasil concede asilo político a uma pessoa considerada terrorista pela Justiça italiana, estão estará disposto a conceder refúgio a qualquer pessoa tida como terrorista.

Deixar informações implícitas não significa necessariamente manipular ou enganar. Há coisas que se compreendem sem que seja necessário dizê-las. São as informações que já se conhecem ou que se podem facilmente inferir. Operamos sempre com implícitos. Mesmo certas perguntas mais banais da vida cotidiana estão construídas sobre eles: Que bicho te mordeu? Você viu passarinho verde? Qual é a sua?

FIORIN, José Luiz. A explicitação do implícito. In: Revista Língua Portuguesa, Ed. Segmento, Ano 3, N° 42, abril de 2009, p.46-47. Adaptado.

QUESTÃO 01

Assinale a alternativa que apresenta a idéia mais relevante do Texto 1.

- A) Em um texto, falado ou escrito, as informações implícitas desempenham diversas funções, merecendo destaque a função de cooperar para o ato de ‘protestar’.
- B) O processo de inferência requer a atuação simultânea de duas operações de naturezas distintas: uma delas é de natureza lógica e a outra é de natureza pragmática.
- C) A compreensão de um texto, falado ou escrito, exige a apreensão tanto das informações explícitas quanto daquelas que estão implícitas, o que se dá por inferência.
- D) A decisão do falante ou do escritor de deixar informações implícitas não reflete necessariamente sua intenção de manipular ou enganar seu interlocutor.
- E) Informações implícitas podem ser identificadas nas perguntas mais banais da nossa vida cotidiana e são aquelas que já se conhecem ou que se podem facilmente inferir.

QUESTÃO 02

Com o Texto 1, seu autor também pretendeu:

- A) opor-se a uma ideia consensualmente aceita pela tradição gramatical.
- B) divulgar os resultados de suas pesquisas sobre a comunicação humana.
- C) explicar os recursos linguísticos responsáveis pelo humor nas tirinhas.
- D) expor suas ideias acerca de fatos que ocorrem na interação verbal.
- E) comentar as estratégias discursivas características de Maurício de Sousa.

RASCUNHO

QUESTÃO 03

No que se refere à composição, uma estratégia selecionada pelo autor do Texto 1 foi:

- A) a inserção de exemplos seguidos de comentários, recurso utilizado para ilustrar as ideias apresentadas.
- B) o apoio das ideias apresentadas em dados estatísticos, que cumprem a função de evitar possíveis refutações.
- C) a frequente utilização do discurso direto, com o objetivo compartilhar a responsabilidade pelas ideias expostas.
- D) a técnica do *flash-back*, que permite ao autor se reportar ao tempo passado, a fim de cotejá-lo com o presente.
- E) a preferência pelo discurso indireto, que garante a fidelidade do autor às fontes responsáveis pelas informações.

QUESTÃO 04

Acerca do processo de inferência, o Texto 1 nos permite concluir que ele:

- 1. é acionado nas situações comunicativas que envolvem restritamente uma operação do tipo lógico, quando estabelecemos uma implicação.
- 2. é fundamental para a apreensão dos sentidos, principalmente os implícitos, veiculados nos textos falados e escritos.
- 3. envolve, também, a consideração do contexto em torno do qual se processa a interação.
- 4. é ativado a todo instante, participando até mesmo das situações interativas mais comuns do nosso dia-a-dia.

Estão **corretas**:

- A) 1, 2 e 3, apenas.
- B) 2, 3 e 4, apenas.
- C) 1, 3 e 4, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

RASCUNHO

QUESTÃO 05

“*Para compreender o que se diz, é preciso não só entender o que se afirmou explicitamente, mas também o que se deixou implícito.*” – Analise a relação semântica que se estabelece entre o trecho destacado e o trecho que se lhe segue. Essa mesma relação semântica está presente em:

- A) A compreensão envolve uma multiplicidade de atividades, para as quais concorrem operações cognitivas e pragmáticas.
- B) Ao analisar a interação verbal, os linguistas comprovaram a importância dos elementos contextuais para a compreensão.
- C) Para a esmagadora maioria dos pesquisadores, a compreensão é tão dependente de dados contextuais quanto de dados linguísticos.
- D) Informações explícitas e implícitas são veiculadoras de sentidos, ainda que o interlocutor não as interprete adequadamente.
- E) Muitas operações são ativadas simultaneamente, a fim de que possamos interpretar corretamente um texto.

Chico Bento, ao fazer a inferência sobre o implícito na fala da professora, realizou a operação lógica adequadamente, mas não a operação pragmática, pois deveria ter percebido que, se a professora não disse que todos os outros alunos foram reprovados, a conclusão correta seria: se apenas eu fiquei em recuperação, todos os outros foram aprovados direto.

QUESTÃO 06

O conectivo destacado no trecho acima (4º §) cumpre a função de:

- A) marcar a paráfrase de um segmento anterior.
- B) sinalizar a introdução de uma explicação.
- C) introduzir um segmento indicador de causa.
- D) marcar uma reformulação corretiva do autor.
- E) indicar a conclusão do pensamento do autor.

RASCUNHO

QUESTÃO 07

Ainda no trecho acima, podemos perceber que houve mudança na orientação argumentativa do texto em:

- A) “Chico Bento, ao fazer a inferência sobre o implícito na fala da professora, realizou a operação lógica adequadamente”.
- B) “a conclusão correta seria: se apenas eu fiquei em recuperação, todos os outros foram aprovados direto.”.
- C) “Chico Bento (...) deveria ter percebido que, se a professora não disse que todos os outros alunos foram reprovados, a conclusão correta seria:”.
- D) “Chico Bento (...) realizou a operação lógica adequadamente, mas não a operação pragmática”.
- E) “se a professora não disse que todos os outros alunos foram reprovados, a conclusão correta seria: se apenas eu fiquei em recuperação, todos os outros foram aprovados direto.”.

QUESTÃO 08

“Operamos sempre com implícitos. Mesmo certas perguntas mais banais da vida cotidiana estão construídas sobre eles:”. Assinale a alternativa em que o sentido desse trecho está mantido.

- A) Operamos sempre com implícitos. Sobre eles se constroem até mesmo algumas perguntas triviais do nosso dia-a-dia:
- B) Operamos sempre com implícitos. Nossa vida diária está edificada sobre eles, quando fazemos questionamentos dos mais banais:
- C) Operamos sempre com implícitos. É por isso mesmo que algumas perguntas banais da nossa vida devem ser construídas com base neles:
- D) Operamos sempre com implícitos. É sobre eles que edificamos nossa vida cotidiana, sempre que fazemos perguntas banais:
- E) Operamos sempre com implícitos. Eles nos dão a base sobre a qual podemos fazer as perguntas mais banais de nossa vida diária:

QUESTÃO 09

Assinale a alternativa na qual o termo destacado está empregado em seu sentido conotativo.

- A) “quando falamos ou escrevemos, dizemos algumas coisas explicitamente e deixamos outras implícitas”.
- B) “Implícito é o que se diz sem dizer, é aquilo que se apresenta como evidente por si mesmo”.
- C) “A graça do exemplo acima reside no fato de que Chico Bento”.
- D) “Para compreender o tom de protesto, é necessário perceber o implícito”.
- E) “Deixar informações implícitas não significa necessariamente manipular ou enganar”.

QUESTÃO 10

“informações que se podem facilmente inferir” (6º §) são “informações facilmente inferíveis”. Seguindo esse raciocínio, é correto afirmar que:

- A) “uma pessoa falível” é “uma pessoa que tem capacidade de falar”.
- B) “uma cidade expugnável” é “uma cidade que expulsa as pessoas que a visitam”.
- C) “um som audível” é “um som que está alto demais para ser ouvido”.
- D) “um tecido impermeável” é “um tecido que não pode ser tingido”.
- E) “um projeto factível” é “um projeto que pode ser realizado”.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa na qual as regras de concordância (nominal e verbal) foram respeitadas.

- A) Analisar as informações implícitas é uma atividade que algumas pessoas consideram meio temerária.
- B) Para o estudo dos implícitos, foi analisado diversas conversas entre pessoas de diferentes idades.
- C) Quanto menos informações implícitas trazemos para nosso discurso, mais óbvio ele se torna.
- D) Nas pesquisas realizadas ficou constatado que haviam implícitos em todas as situações de interação.
- E) Atualmente já existe bastante dados acerca da importância das informações implícitas no discurso.

QUESTÃO 12

Analisar os enunciados abaixo, no que se refere às regras de regência (verbal e nominal).

1. Sem dúvida, todos preferem ler textos nos quais as informações estão explícitas do que ler textos nos quais há muitas informações implícitas.
2. Nas gramáticas e manuais tradicionais de língua portuguesa quase não se faz alusão das informações que ficam implícitas nos textos.
3. Devido à sua alta frequência nos textos falados e escritos, os implícitos têm merecido a atenção dos estudiosos.
4. Conhecer a fundo os recursos da linguagem e, assim, poder empregá-los de maneira adequada é algo a que todos têm direito.

Estão corretos:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 3 e 4, apenas.
- C) 1 e 4, apenas.
- D) 1, 3 e 4, apenas.
- E) 1, 2, 3 e 4.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa na qual todas as palavras estão grafadas segundo as normas de ortografia vigentes.

- A) Quando interagimos por meio da linguagem, fazemos uma espécie de revesamento entre informações implícitas e explícitas.
- B) É um equívoco imaginar que inferência é sinônimo de adivinhar o que os outros nos querem dizer.
- C) Não é preciso ser demasiadamente pespicaz para compreender informações que subjazem às nossas palavras.
- D) Às vezes, informações implícitas se escondem por traz das mais inocentes reivindicações que recebemos.
- E) Em seu livro intitulado *Elementos de análise do discurso*, Fiorin discorre sobre as informações explícitas e implícitas.

Texto 2



QUESTÃO 14

Acerca dos elementos linguísticos e pragmáticos do Texto 2, analise as proposições abaixo.

1. Seus elementos não-verbais cooperam para a produção dos sentidos que estão sendo veiculados.
2. A repetição do termo “agora” é um recurso linguístico por meio do qual o autor consegue enfatizar a ideia de ‘urgência’.
3. O grande número de implícitos nele presentes indica que é dirigido a um público restrito, formado por leitores especializados.
4. Ele faz um apelo “ecologicamente correto” e tem a pretensão de conclamar os leitores a assumirem uma posição diante da destruição do planeta.

Está(ão) correta(s):

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 2 e 4, apenas.
- C) 4, apenas.
- D) 1, 2 e 4, apenas.
- E) 3, apenas.

QUESTÃO 15

“*Salvar o planeta. É agora ou agora.*” – Nesse texto, está implícita uma relação semântica de:

- A) causa.
- B) comparação.
- C) condição.
- D) alternância.
- E) conclusão.

QUESTÃO 16

Sobre os direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal, assinale a única alternativa **correta**:

- A) A chamada Constituição Cidadã de 1988 assegura a liberdade plena de manifestação, sendo corolário de tal direito a garantia do anonimato.
- B) Àqueles cidadãos ofendidos por eventual agressão à sua imagem garante-se o direito de resposta. Quando a vítima exerce tal prerrogativa de modo proporcional ao agravo, descabe a indenização por danos morais.
- C) O direito de reunião em locais abertos ao público depende da autorização do Poder Público, tendo em vista que a este cabe a análise do cumprimento dos requisitos exigidos pela Constituição Federal para o evento.
- D) A Constituição Federal conferiu à propriedade particular a característica da intangibilidade absoluta, sendo vedado ao Poder Público utilizar-se de bem privado.
- E) Em caso de sucessão de bens, a Constituição Federal garante ao cônjuge e aos filhos brasileiros a aplicação da Lei brasileira, quando esta for mais benéfica do que a do País a que pertencer o *de cujus*.

QUESTÃO 17

A Constituição Federal firmou a competência para julgamento por parte do Tribunal do Júri para os crimes:

- A) culposos contra a vida.
- B) dolosos contra a vida.
- C) dolosos e culposos contra a vida, desde que consumados.
- D) em que houver grave comoção na sociedade.
- E) definidos, caso a caso, pelo Juiz.

QUESTÃO 18

Sobre o mandado de segurança, nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, é **incorreto** afirmar:

- A) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- B) Não cabe mandado de segurança contra ato passível de recurso ou correição.
- C) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
- D) É constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.
- E) Descabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

QUESTÃO 19

Analise as assertivas abaixo e, em seguida, marque a opção **correta**:

- 1. É considerado brasileiro naturalizado alguém nascido no exterior, de mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil;
- 2. O cargo de Senador da República pode ser exercido por brasileiro naturalizado;
- 3. O cargo de Ministro de Estado da Defesa pode ser exercido por brasileiro naturalizado;
- 4. A Constituição Federal exige a idade mínima de 21 anos para o cargo de Prefeito;
- 5. A Constituição Federal exige a idade mínima de 21 anos para o cargo de Vereador.

É verdadeiro o que se afirma apenas nos itens:

- A) 1, 2 e 4, apenas.
- B) 2 e 4, apenas.
- C) 2, 3 e 4, apenas.
- D) 4 e 5, apenas.
- E) 1, 3 e 5, apenas.

QUESTÃO 20

Marque, dentre as opções abaixo, a única alternativa **correta**:

- A) A Constituição Federal estabelece a competência para julgamento dos Prefeitos e Vereadores perante o Tribunal de Justiça.
- B) Cabe aos Municípios manter os programas de educação infantil, de ensino fundamental e médio.
- C) Aos Municípios cabe a criação de seus respectivos Tribunais de Contas.
- D) Os cargos de confiança devem ser providos apenas por quem detiver atribuições de assessoramento, chefia ou direção.
- E) é possível a acumulação de dois cargos técnicos ou científicos, desde que haja compatibilidade de horários.

QUESTÃO 21

Acerca das Funções Essenciais à Justiça, assinale a alternativa correta:

- A) O ingresso nas carreiras integrantes da Advocacia-Geral da União far-se-á através de concurso público de provas ou de provas e títulos.
- B) Constitui atribuição do Ministério Público a consultoria de entidades públicas, desde que seja compatível com seu múnus constitucional.
- C) Compete à Advocacia-Geral da União a defesa, em Juízo, dos interesses das populações indígenas.
- D) As ações civis públicas são propostas, com exclusividade, pelo Ministério Público.
- E) Cabe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, a representação judicial e extrajudicialmente da União, competindo-lhe, ainda, a consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

QUESTÃO 22

É exemplo de desconcentração administrativa do Município:

- A) Secretaria Municipal de Saúde.
- B) Fundação privada de caráter filantrópico.
- C) Fundação pública municipal dirigida a ações na área de educação.
- D) Autarquia municipal responsável pelo trânsito.
- E) Autarquia federal vocacionada ao combate à corrupção pública nos Municípios.

QUESTÃO 23

Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:

- A) A Constituição Federal prevê expressamente que a Administração Pública é regida pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, sendo que este último foi acrescentado apenas por ocasião da Emenda Constitucional nº 19/98.
- B) A noção de legalidade do Direito Administrativo difere daquela prevista para a legislação civil, na medida em que para o agente público, agindo nessa qualidade, só lhe é permitido fazer o que determina a Lei.
- C) A doutrina administrativista brasileira aponta como corolários do princípio da impessoalidade a exigência de concurso público para preenchimento de cargos ou empregos públicos e licitações públicas para a realização de obras ou serviços públicos.
- D) O princípio da legalidade estrita vigente no Direito Administrativo brasileiro pressupõe que a atividade do Poder Público seja *secundum legem* ou *praeter legem*, vedando-se a atuação *contra legem*.
- E) A ação popular, prevista na Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXIII, é um dos instrumentos criados para o fim de que seja verificada a aplicação do princípio da moralidade na atuação dos agentes públicos.

QUESTÃO 24

Sobre os atributos dos atos administrativos, marque a única alternativa incorreta:

- A) É característica dos atos administrativos a presunção de legitimidade, de modo que a Administração Pública prescinde de manifestação prévia do Poder Judiciário quanto à validade de seus atos.
- B) O Direito Administrativo brasileiro segue o modelo francês no que se refere às instâncias administrativa e judiciária, de sorte que a oportunidade e conveniência dos atos administrativos podem ser discutidas perante o Poder Judiciário, nos termos do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.
- C) A imperatividade dos atos administrativos indica que o Poder Público detém a prerrogativa de exigir a execução de seus atos, podendo, inclusive, valer-se da força coercitiva do Estado para tanto.
- D) A auto-executoriedade dos atos administrativos permite que a própria Administração Pública execute direta e imediatamente seus atos, independentemente de ordem judicial.
- E) A destruição, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de alimentos com prazo de validade vencido expostos à venda em supermercado é exemplo da auto-executoriedade de ato administrativo.

QUESTÃO 25

Sobre a licença, permissão e autorização concedidas pelo Poder Público, assinale a única alternativa correta:

- A) As licenças são atos discricionários praticados pela Administração Pública, vez que, ainda que o particular cumpra as exigências legais, pode ver negado seu pedido.
- B) A autorização é exemplo de ato vinculado, tendo em vista que descabe a apreciação, por parte do agente público, da oportunidade e conveniência para a edição do ato.
- C) A permissão de serviço público consiste na delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- D) A concessão de serviço público, por ser ato menos complexo do que a permissão, independe de prévia licitação pública.
- E) A concessão de um serviço público depende de prévia realização de licitação pública nas modalidades concorrência, tomada de preços ou convite, a depender do valor do serviço licitado.

QUESTÃO 26

Sobre as disposições relativas aos servidores públicos, assinale a única alternativa correta:

- A) O Presidente da República detém a competência, através do chamado decreto autônomo, de extinguir funções ou cargos públicos, apenas quando vagos.
- B) O Direito Administrativo pátrio possui como diretriz a preferência de acesso aos cargos públicos por brasileiros natos e naturalizados, sendo que, para estes últimos, o ingresso se fará na forma da lei, vedando-se o exercício de cargos públicos por estrangeiros.
- C) Para o ingresso em cargo público a Constituição Federal exige a prévia aprovação do candidato em concurso público de provas, provas e títulos ou apenas títulos.
- D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que descabe, na realização de concurso público, a submissão do candidato a exame psicotécnico.
- E) Em casos excepcionais, demonstrada a necessidade do serviço, a Administração Pública poderá abrir novo concurso para preenchimento de vagas, ainda que não tenham sido nomeados todos os candidatos aprovados em concurso anterior.

QUESTÃO 27

Assinale, dentre as proposições abaixo, a única alternativa correta:

- A) A vedação de acumulação de cargos se dá em cada nível federativo isoladamente, de sorte que, havendo compatibilidade de horários, um servidor municipal poderá ocupar também um cargo federal, mesmo que não seja de professor ou na área de saúde.
- B) É lícita a vinculação do reajuste de servidores municipais a índices federais de correção monetária.
- C) São compatíveis com o pregão os tipos de licitação menor preço ou técnica e preço.
- D) Nos casos em que a Lei de Licitações prevê a realização convite, a Administração pode valer-se da modalidade tomada de preços e, em qualquer caso, da concorrência.
- E) É vedada a criação de novas modalidades de licitação, sendo possível, apenas a combinação das já existentes.

QUESTÃO 28

Considerando especialmente que dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) Leis complementares são aquelas que detêm, por seu objeto, alcance em grande parcela da sociedade, a exemplo do Código Civil.
- B) Salvo disposição em contrário, o início da vigência das leis dá-se no dia seguinte ao de sua publicação na imprensa oficial.
- C) A repristinação, no Direito Civil brasileiro, é exceção, somente sendo possível se expressamente colimada pela lei revogadora.
- D) A ab-rogação é o fenômeno que consiste na revogação parcial de determinada lei, enquanto a derrogação caracteriza-se pela total retirada do mundo jurídico de determinada norma.
- E) Para que uma lei seja revogada, é necessário que outra o faça textual e expressamente, haja vista o princípio da continuidade das leis.

QUESTÃO 29

Acerca dos institutos de Direito Civil, marque a alternativa incorreta:

- A) À parte as discussões das doutrinas natalista e concepcionista sobre a personalidade do nascituro, é certo que a lei civil resguarda os direitos daquele que, concebido, ainda não haja nascido com vida.
- B) Enquanto a residência possui apenas elemento objetivo, uma vez significa tão-somente o local onde a pessoa se fixa, o domicílio comporta dois elementos – um objetivo e outro subjetivo –, haja vista que este último instituto pressupõe a vontade de permanecer no local (*animus manendi*).
- C) Os bens fungíveis, por definição, são aqueles que podem ser substituídos por outro da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- D) Para a teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil se estabelece mesmo sem a comprovação da culpa, sendo esta elemento necessário para responsabilidade civil para a teoria da culpa.
- E) As organizações religiosas, entidades despersonalizadas para efeitos da lei civil, possuem proteção desta para o desempenho de suas atividades.

QUESTÃO 30

Analise as proposições abaixo.

1. Desde que casados em regime de comunhão universal de bens, um cônjuge necessitará do outro o consentimento para propor qualquer ação judicial.
2. O Município é representado em Juízo por seu Prefeito ou procurador.
3. Quando se configurar hipótese em que deva ser formado litisconsórcio, o juiz não poderá intervir na vontade das partes para a formação do pólo processual, ainda que um alto número de litigantes comprometa a celeridade do processo.
4. No caso de ser proposta ação contra o fiador, este, para fazer com que integre a lide o devedor principal, deve valer-se da hipótese de intervenção de terceiro denominada denunciação à lide.
5. O detentor de coisa alheia em face do qual se ajuíze uma determinada ação, deverá utilizar-se da nomeação à autoria para indicar o possuidor ou proprietário.

Está **correto** apenas o que se afirma nas seguintes proposições:

- A) 1, 3 e 4.
- B) 1, 3 e 5.
- C) 2, 4 e 5.
- D) 2 e 4.
- E) 2 e 5.

QUESTÃO 31

Acerca dos atos processuais, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O comparecimento espontâneo do réu supre a falta de citação.
- B) Se o réu comparecer apenas para arguir eventual nulidade do ato citatório e forem acolhidas as suas razões, considera-se feita a citação na data em que for intimado da decisão o advogado da parte promovida.
- C) A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- D) O juiz poderá, de ofício, conhecer da prescrição e decretá-la de imediato, desde que a ação não verse sobre direitos patrimoniais.
- E) Far-se-á a intimação por meio de oficial de justiça quando frustrada a realização pelo correio.

QUESTÃO 32

Sobre a resposta do réu, assinale a alternativa **correta**:

- A) Argúi-se através de exceção a incapacidade absoluta da parte.
- B) Argúi-se através de preliminar da contestação o defeito de representação ou falta de autorização.
- C) Argúi-se através de exceção a incompetência relativa ou absoluta do Juízo.
- D) Argúi-se através de preliminar da contestação a incompetência relativa ou absoluta do Juízo.
- E) Verifica-se a litispendência, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada em que já se haja operado o trânsito em julgado da decisão.

QUESTÃO 33

Sobre o pedido, assinale a alternativa **correta**:

- A) A interpretação do pedido é feita de modo restritivo, todavia o autor não precisa requerer a condenação da parte ré em honorários advocatícios ou juros legais, haja vista que essas postulações são consideradas implícitas no pleito.
- B) O pedido é considerado sucessivo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- C) Diz-se do pedido alternativo quando o juiz possa conhecer do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- D) A postulação formulada pela parte deve ser certa ou determinada, sendo vedado deduzir pedido genérico.
- E) São compatíveis entre si os pedidos, ainda que os órgãos julgadores da causa sejam diversos.

QUESTÃO 34

Acerca dos recursos e suas espécies, assinale a única alternativa **correta**:

- A) É cabível a oposição de recurso de agravo de instrumento adesivo.
- B) A desistência do recurso subordina-se à concordância da parte *ex adversa*.
- C) A parte que aceitar, ainda que de forma tácita, a decisão, não poderá dela recorrer.
- D) O Tribunal competente para o julgamento da apelação, proferindo acórdão em que se declare nulidade do processo, deverá, necessariamente, devolvê-lo ao Juízo *a quo*, sob pena de suprimir instância.
- E) Cabem embargos infringentes do julgamento de procedência ou improcedência de pedido rescisório, desde que o acórdão haja se dado de forma não-unânime.

QUESTÃO 35

Marque, dentre as opções abaixo, a única que representa causa de suspensão do contrato de trabalho:

- A) Afastamento do empregado por motivo de doença, até o décimo quinto dia.
- B) Afastamento do empregado para desempenho de encargo público.
- C) Repouso semanal remunerado.
- D) Gozo de férias.
- E) Licença remunerada.

QUESTÃO 36

Nos termos da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação de servidor sem prévia aprovação em concurso público é nula de pleno direito, restando ao trabalhador o direito de receber as seguintes verbas:

- A) A contraprestação pelas horas trabalhadas, apenas, ainda que corresponda a valor menor do que o salário-mínimo/hora.
- B) A contraprestação pelas horas trabalhadas, apenas, respeitado o valor do salário-mínimo/hora.
- C) A contraprestação pelas horas trabalhadas, ainda que corresponda a valor menor do que o salário-mínimo/hora, e os valores relativos aos depósitos do FGTS.
- D) A contraprestação pelas horas trabalhadas, respeitado o valor do salário-mínimo/hora, e os valores relativos aos depósitos do FGTS.
- E) Todos os direitos trabalhistas dos trabalhadores em geral, tais como férias não pagas e 13º salário, excetuando-se apenas a multa prevista no art. 477, da CLT.

QUESTÃO 37

Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a única alternativa **incorreta**:

- A) O estrangeiro expulso do território brasileiro que neste reingressa pratica conduta atípica para efeitos penais, configurando ilícito administrativo punível com a deportação.
- B) A conduta de solicitar para si em razão do cargo vantagem indevida configura o crime de corrupção passiva.
- C) Aquele que oferece vantagem indevida a funcionário público para praticar ato de ofício pratica o crime de corrupção ativa.
- D) Constitui crime acusar-se de crime praticado por outra pessoa.
- E) O Código Penal brasileiro, apesar de não prever a modalidade culposa para o crime de furto, admite o peculato-furto culposos.

QUESTÃO 38

João e José, sendo apenas este último funcionário público municipal, aliam-se para, durante a madrugada, subtrair vinte computadores do órgão em que José trabalha. A dupla obtém sucesso na empreitada. No caso em questão:

- A) João praticou conduta atípica, já que o crime de peculato-furto é personalíssimo, inadmitindo co-autoria ou participação.
- B) João praticou o crime de furto, enquanto José está incurso na pena prevista para o tipo penal de peculato-furto.
- C) ambos estão incurso na pena prevista para o crime de peculato-furto, haja vista a comunicabilidade das circunstâncias de caráter objetivo do crime.
- D) João e José praticaram o crime de furto, tendo em conta que um deles não era funcionário público, o que descaracteriza a possibilidade de peculato-furto.
- E) João e José praticaram o crime de peculato-furto, entretanto a pena é aumentada da metade para José, haja vista que este é funcionário público.

QUESTÃO 39

Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Nos crimes de ação penal pública a autoridade policial independe de requerimento para a instauração do inquérito policial.
- B) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- C) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, dentre outras providências, ouvir o ofendido e o indiciado.
- D) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- E) A nulidade havida no inquérito policial tem o condão de inquirar a ação penal.

QUESTÃO 40

Acerca da ação penal, marque a alternativa **correta**:

- A) Quando o crime for praticado em detrimento de patrimônio ou interesse de Município, a ação penal privada ou pública, a depender do caso, será proposta perante o Juízo de Direito da Comarca da respectiva localidade.
- B) A ação penal somente pode ser proposta pelo Ministério Público.
- C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- D) A renúncia ao exercício do direito de queixa pode ser dirigida a um dos autores do crime, sem que isso altere a possibilidade de persecução penal contra os outros.
- E) O perdão somente pode ser aceito pela própria vítima, haja vista que tal prerrogativa goza de caráter personalíssimo.